

Moção

Defender o Serviço Nacional de Saúde

Garantir o acesso de todos aos cuidados de saúde

Apesar de todas as hesitações, de alguma descoordenação inicial, de alguns erros de gestão e das insuficiências de uma estrutura de Saúde Pública fragilizada ao longo dos anos pela sangria de profissionais altamente qualificados e competentes, para os grupos privados e para a emigração, e de uma linha *Saúde 24* privatizada, que nas primeiras semanas falhou no atendimento a milhares de pessoas – o SNS respondeu positivamente ao que lhe tem vindo a ser exigido e por isso viu o seu prestígio reforçado, cá dentro e no plano internacional.

A resposta foi dada sem qualquer tipo de contributo dos grupos económicos da saúde que perante o surto epidémico, ficaram paralisados com medo do vírus, mas não parados na concretização de uma estratégia que passa, numa primeira fase, por garantir a transferência para os seus grupos de uma parte significativa da recuperação da actividade suspensa nas unidades do serviço público, devido ao combate que foi dado ao coronavírus.

Esta estratégia sustentada numa falsa ideia, amplamente difundida na comunicação social através dos propagandistas do costume, de que o SNS não é capaz de manter o combate ao surto epidémico e simultaneamente recuperar os atrasos no tratamento de outras patologias.

Os próximos meses vão ser decisivos para o Serviço Nacional de Saúde. Ou se avança com medidas concretas de reforço do SNS, capacitando-o para as exigências do momento e do futuro, ou os defensores da tese, não demonstrada, de que os «privados fazem mais e melhor» saem vencedores deste confronto com o serviço público e ficará mais próximo o objectivo que há muito perseguem, de um «sistema nacional de saúde», com duas componentes: uma centrada nos seguros de saúde e na prestação de cuidados por parte dos grupos privados e uma outra, de natureza pública, para os mais desfavorecidos, com algumas garantias mínimas de prestação de cuidados.



O nosso Concelho é um palco privilegiado desta desoladora situação.

No nosso Concelho os utentes do SNS estão particularmente preocupados com a atual situação da prestação de cuidados de saúde. Se o acesso às condições de saúde têm vindo a decair desde há décadas: o aumento populacional do Concelho não foi proporcionalmente acompanhado dos investimentos necessários em equipamentos de saúde (quase 90.000 utentes sem médico de família), com a pandemia e a alocação de meios ao combate à Covid-19, os restantes serviços públicos foram drasticamente reduzidos. No início do mês, os actos médicos, não urgentes e operações, foram drasticamente reduzidos no hospital Amadora -Sintra.

No Centro de Saúde da nossa freguesia, todos os dias, se verifica que continuam as filas de utentes que aguardam, na rua, por uma consulta que a maior parte das vezes não conseguem. Simultaneamente surgem muitas clínicas/ hospital privados que naturalmente não servem a generalidade da população agora ainda mais depauperada.

Assim a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e de São Marcos, reunida no dia 18 de junho de 2020, delibera:

- Tornar pública esta situação de incapacidade, de carência e de resposta efetiva do SNS e instar o Ministério da Saúde a reforçar o número de médicos e profissionais de saúde de forma a colmatar as carências prementes do Município de forma a recuperar progressivamente os actos médicos que ficaram em suspenso ou adiados;
- Instar o Ministério da Saúde a apresentar um calendário público e oficial, que dê forma a uma resposta concreta às necessidades de saúde do Concelho de Sintra.

Remeter a presente moção para o Governo da República, à Assembleia da República e grupos parlamentares, à Câmara Municipal de Sintra, à Assembleia Municipal de Sintra, ao Hospital Fernando da Fonseca, EPE e ao Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra.

Cacém e São Marcos, 18 de Junho de 2020

A Bancada da CDU na AF da UFCSM